



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

LOCAL	Portal de Compras do Governo Federal – <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
-------	--

DATA DA SESSÃO	Dia 27/05/2026
HORÁRIO DA SESSÃO	11h – horário de Brasília/DF

Objeto			
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E FORNECIMENTO DE MÍDIAS CRIPTOGRÁFICAS, DESTINADOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT DA 23ª REGIÃO, ALÉM DE CERTIFICADOS PARA APLICAÇÕES E SEGURANÇA DE DOMÍNIOS.			
Valor Total Estimado para 60 meses			
R\$ 213.852,87			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	CONFORME ANEXO III	VALOR GLOBAL (60 MESES)
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		CONFORME ITEM 11 DO EDITAL	
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?		Exige Amostra/Dem.?
NÃO	NÃO		NÃO
Prazo para envio da proposta final e dos documentos para habilitação			
Até 4 horas úteis após a convocação realizada pelo pregoeiro, conforme subitens 9.1 e 11.9.			
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações	
Em até 3 dias úteis antes da abertura das propostas, conforme subitem 5.5.		Em até 3 dias úteis antes da abertura das propostas, conforme subitem 5.1.	

Observações Gerais
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO E FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 0,50%, nos termos do item 8.5 do edital.

ORIENTAMOS A LEITURA ATENTA DE TODAS AS REGRAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, VISANDO À PLENA COMPREENSÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, AS QUAIS SERÃO DEVIDAMENTE FISCALIZADAS POR EQUIPE DE SERVIDORES DESIGNADA PELA ADMINISTRAÇÃO PARA ESSA FINALIDADE.
--



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---



**EDITAL,  
ANEXOS E  
APÊNDICES**

**\*ACESSE AQUI**



**DECLARAÇÕES E  
MODELO DE  
PROPOSTA EM  
VERSÃO EDITÁVEL**

**\*ACESSE AQUI**



Declarações Gerais



Declaração Simples Nacional



Modelo de Proposta de Preço



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**, CNPJ n. 37.115.425/0001-56, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, n. 3355, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CEP: 78.049-935, através de um dos Pregoeiros designados pela Portaria TRT/DG/GP n. 271/2025, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados, realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **“MENOR PREÇO GLOBAL PARA 60 MESES”**, com modo de disputa **“ABERTO e FECHADO”**, destinada à **CONTRATAÇÃO** do objeto que trata este Edital, nos termos da Lei n. 14.133/2021, do Decreto Federal n. 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis.

**Edital e demais documentos:** O Edital e a documentação que o acompanha poderão ser obtidos no portal do TRT-MT no endereço: [www.trt23.jus.br](http://www.trt23.jus.br) (*transparência/contratações/licitações*) e no portal de compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**Meios para contato:**

Telefones: (65) 3648-4101/4049

E-mail: [licitacao@trt23.jus.br](mailto:licitacao@trt23.jus.br).

Dias e horários: de Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 14:30 horas (Cuiabá-MT).

**OBS: Os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF), salvo ressalva expressa.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente Licitação o **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E FORNECIMENTO DE MÍDIAS CRIPTOGRÁFICAS, DESTINADOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT DA 23ª REGIÃO, ALÉM DE CERTIFICADOS PARA APLICAÇÕES E SEGURANÇA DE DOMÍNIOS**, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em grupo único, devendo a licitante arrematante ofertar proposta para todos itens que o compõem, conforme modelo de proposta de preços contida no Anexo II.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **“MENOR PREÇO GLOBAL (60 MESES)”**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** O prazo de vigência do contrato será de 60 meses, podendo ser prorrogado até o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

limite de 120 meses, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

**1.5.** Integram o presente Edital, os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência e seus apêndices

**Anexo II:** Modelo de Proposta de Preços

**Anexo II-A:** Declarações gerais;

**Anexo II-B:** Declaração de cumprimento da LGPD

**Anexo II-C:** Declaração para empresas optante pelo Simples Nacional;

**Anexo III:** Minuta de Contrato

## **2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1.** Os recursos orçamentários para a cobertura desta proposta de contratação serão custeados com recursos da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Programa de Trabalho - PT 02.122.0033.4256.0001, Natureza de Despesa GND 33.90.40.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP n. 3, de 2018.

**3.1.1.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**3.1.2.** O item único desta licitação é destinado à participação de quaisquer empresas interessadas que atendam aos requisitos deste edital conforme justificativa constante no item 8.3 do Termo de Referência e no item 9 do Estudo Técnico Preliminar.

**3.2.** Não poderão concorrer neste Pregão os interessados:

**3.2.1.** proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**3.2.2.** que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.2.3.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n. 14.133/21;

**3.2.4.** que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**3.2.4.1.** no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

**3.2.5.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**3.2.6.** que sejam organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/14-TCU-Plenário).

**3.3.** Nos termos do art. 5º do Decreto n. 9.507/18, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão CONTRATANTE.

**3.4.** Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/10, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

**3.5. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

**3.5.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.5.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.5.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.5.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.5.** o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.5.5.1.** a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123, de 2006.

**3.7.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### **4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA**

**4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**5.1.** Até **3 dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**5.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@trt23.jus.br](mailto:licitacao@trt23.jus.br).

**5.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação.

**5.4.** Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**5.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail [licitacao@trt23.jus.br](mailto:licitacao@trt23.jus.br).

**5.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.

**5.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**5.8.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.9. Os prazos limites para recebimento dos pedidos de esclarecimentos e impugnação, devem respeitar o horário final do expediente do TRT (15h30 - horário de Brasília).**

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

**6.1.1. O licitante deverá fazer constar em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do objeto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".**

**6.1.2.** O licitante interessado poderá, se assim entender, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

**6.2.** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**6.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Até a data e horário estipulados para a abertura das propostas, os licitantes poderão



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**6.5.1.** Após a abertura das propostas, não caberá desistência dessas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade dos licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**6.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.7.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1.** O licitante, ao inserir **O VALOR DE SUA PROPOSTA, PARA FINS DE DISPUTA**, preencherá no campo próprio do sistema eletrônico o **PREÇO UNITÁRIO**, expresso em reais, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, insumos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo direto ou indireto do objeto.

**7.2. JÁ A PROPOSTA A SER ANEXADA NO SISTEMA (arquivo .pdf), deverá conter as informações indicadas abaixo:**

**7.2.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo representante legal do licitante.

**7.2.2. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO OFERTADO**, observadas as exigências especificadas no Edital e seus Anexos.

**7.2.3. VALOR DA PROPOSTA, conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS constante no Anexo II deste Edital;**

**7.2.4. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO**, conforme especificado no Anexo I deste Edital;

**7.2.5. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**, de no mínimo 60 dias;

**7.2.6. PRAZO DE GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO**, conforme especificado no Anexo I deste Edital;

**7.2.6. DECLARAÇÕES GERAIS**, nos termos do ANEXO II-A;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**7.2.7. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018, nos termos do ANEXO II-B;**

**7.2.8. DECLARAÇÃO, nos termos do ANEXO II-C, se optante pelo Simples Nacional.**

7.2.9. conter indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.3. Caso o prazo de entrega, validade da proposta e prazo de garantia não forem expressamente indicados na proposta eletrônica, será considerado como aceito, para efeito de julgamento, aqueles indicados acima.

7.3.1. Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, será facultada ao Pregoeiro a realização de diligências, e, não sendo ajustado o prazo pelo licitante, a proposta será desclassificada.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.

7.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar, por meio de diligência, eventuais ausências de informações, erros ou falhas, que não alterem a substância das propostas, dúvidas acerca da exequibilidade da proposta, bem como documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO.**

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**8.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.5.** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50%**.

**8.6.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**8.7.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**8.8.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.9.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**8.10.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.14.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**8.14.1.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.14.1.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do órgão;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes no sistema.

**8.17.** O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL PARA O PERÍODO DE 60 MESES**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.19.** Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 2015.

**8.19.1.** Caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n° 123, de 2006, **o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal**, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

**8.19.2.** A consulta também poderá abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**8.19.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante**, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes (Acórdão n. 1.793/11-TCU-Plenário).

**8.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.21.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.22.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**8.24.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.25.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

## 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**9.1. A PROPOSTA FINAL DO LICITANTE DEVERÁ SER ENCAMINHADA NO PRAZO DE 4 HORAS ÚTEIS**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá conter as informações exigidas no subitem 7.2.

**9.1.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.2.** A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**9.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

**9.4.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**9.5.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sistema, após a homologação.

## 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**10.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei n. 14.133/21.

**10.2.** Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá solicitar dos licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, conforme §2º do art. 59 da Lei n. 14.133/21, que deverão ser enviadas, no prazo estipulado, por meio de e-mail ou sistema, sob pena de desclassificação das propostas.

**10.3.** Erros no preenchimento da proposta não são motivos suficientes para a desclassificação dessa, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que a proposta é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

**10.4.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, sempre intimando todos os participantes via sistema eletrônico.

**10.5.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

**10.5.1.** conter vícios insanáveis;

**10.5.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

anexos;

**10.5.3.** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**10.5.4.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

**10.5.5.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**10.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

**10.6.1.** A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**10.6.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**10.6.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**10.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**10.7.1.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.

**10.8.** A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**10.9.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

**10.10.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de desclassificação.

**10.10.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**10.10.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a proposta com especificação completa dos serviços ofertados e declarações.

**10.11.** Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

**10.12.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**10.13.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.14.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.15.** Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.15.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.16.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**10.17.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**11.1.1.** SICAF;

**11.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**11.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**11.1.4.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**11.1.5.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep)).

**11.1.1.1.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**11.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.2.1.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.3.** Na hipótese de constatação de impedimento indireto no SICAF, o licitante será, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, convocado para se manifestar para que o Pregoeiro possa analisar se a criação ou uso da pessoa jurídica licitante teve o intuito de burlar a pena administrativa anteriormente aplicada à empresa distinta apontada no registro do SICAF.

**11.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**11.3.2.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.4.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n. 03/18.

**11.4.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado pelo pregoeiro, a respectiva documentação atualizada.

**11.5.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **4 horas**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

úteis, sob pena de inabilitação.

**11.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, conforme inciso I, do art. 70 da Lei 14.133/21.

**11.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.8.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.8.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.9.** Ressalvado o disposto no subitem 6.3, os licitantes deverão encaminhar, **NO PRAZO DE 4 HORAS ÚTEIS**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**11.10. Habilitação jurídica:**

**11.10.1.** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.10.2.** no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**11.10.3.** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**11.10.4.** no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**11.10.5.** decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**11.10.6.** os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**11.10.7.** Compromisso de constituição do consórcio, conforme regras estabelecidas no edital, se for o caso.

**11.11. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**11.11.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**11.11.2.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751/14, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**11.11.3.** prova de regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.11.4.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, CNDT;

**11.11.5.** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.11.6.** prova de regularidade com a **Fazenda MUNICIPAL** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.11.7.** caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**11.12. Qualificação Econômico-Financeira:**

**11.12.1.** **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro dos últimos **30 dias** antecedentes à realização do certame, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

**11.12.2.** **BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do exercício de **2024 e 2025**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**11.12.2.1.** no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura.

**11.12.3.** comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) IGUAIS OU SUPERIORES A 1 (UM)**, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**11.12.4.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social de no mínimo **10%** do valor total estimado do certame.

#### **11.13. Qualificação técnica**

**11.13.1. Credenciamento Obrigatório: A licitante deve comprovar o credenciamento da Autoridade Certificadora (AC) junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI/ICP-Brasil) durante todo o período contratual.**

**11.13.1.1.** Hierarquia AC-JUS: Para os certificados de pessoa física (Item 1), a contratada deve estar apta a emitir certificados subordinados à cadeia da Autoridade Certificadora da Justiça (AC-JUS).

**11.13.1.2.** É requisito essencial a capacidade técnica para realizar a validação e identificação dos titulares via videoconferência ou renovação eletrônica, observando a Resolução ICP-Brasil nº 169/2020.

**11.14.** A administração não admitirá declarações, a qualquer tempo, de desconhecimento de fatos e aspectos que dificultem ou impossibilitem a execução total ou parcial dos serviços.

**11.15.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar, por meio de diligência, erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.16.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que tratam os **itens 9.1 e 11.9**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, nos termos dos Acórdãos TCU n. 2.528/2021-Plenário e n. 988/2022-Plenário, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes para:

I) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

II) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

III) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

IV) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**11.16.1.** Findo o prazo assinalado sem o envio da documentação solicitada, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**11.16.2.** Havendo o envio da documentação dentro do prazo estabelecido, mas verificando-se a necessidade de esclarecimentos adicionais ou ajustes, o Pregoeiro poderá:

I) Conceder novo prazo para apresentação de documentos complementares ou esclarecimentos;

II) Realizar diligências adicionais para sanar eventuais dúvidas ou inconsistências;

III) Solicitar adequações nos documentos apresentados, quando permitido em lei.

**11.16.3.** As diligências mencionadas no subitem anterior não constituem direito do licitante, ficando a critério da Administração sua concessão, observados os princípios da legalidade, impessoalidade e igualdade de tratamento.

**11.17.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**11.18.** No caso de ME/EPP, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a empresa arrematante será convocada para no prazo de até 5 dias úteis comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**11.19** A não regularização fiscal, social e trabalhista no prazo previsto no subitem



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**11.20.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dessa.

**11.21.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**11.22.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.9.

**11.23.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

**12.2.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.2.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.2.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 minutos**;

**12.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será de **3 dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**12.4.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.5.** As razões e contrarrazões recursais deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.6.** a apreciação dar-se-á em fase única.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

**12.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.8.** Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o Pregoeiro analisará e caso não reconsidere sua decisão, encaminhará os autos devidamente instruídos, no prazo de até **3 dias úteis** à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**12.9.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado pelo e-mail [licitacao@trt23.jus.br](mailto:licitacao@trt23.jus.br).

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**13.2.** Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

### **14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para **adjudicar** o objeto e **homologar** o procedimento licitatório.

### **15. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**15.1.** Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

### **16. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

**16.1.** Após a homologação da licitação a Adjudicatária terá o prazo de **até 5 dias úteis**, contados a partir da sua convocação, a qual se dará via e-mail (constante no cadastro



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

do SICAF ou da documentação apresentada), para assinatura do Contrato.

**16.1.1.** O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela Adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**16.1.2.** A assinatura do Contrato poderá se dar por meio de certificado digital, conforme instruções contidas no e-mail de convocação, arcando a signatária com os custos inerentes a sua certificação.

**16.2. No ato da assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados com o Setor Público Federal – CADIN, bem como as comprovações das condições de habilitação e contratação previstas no Edital,** que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato, conforme art. 91, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, ratificando-se que, a existência de registro no CADIN, constitui fator impeditivo para a contratação, nos termos do art. 6º-A da Lei n. 10.522/2002.

**16.3.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, CADIN e/ou de outros meios, a Adjudicatária deverá regularizar a situação no prazo de até **5 dias**, sob pena de aplicação da sanção do subitem 21.1.3.1.

**16.3.1.** O prazo previsto para regularização poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela Adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**16.4.** O não comparecimento no prazo da convocação, a não assinatura do Contrato, ainda que de forma parcial, acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções do subitem 21.1.3.1, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

**16.5.** Quando a Adjudicatária convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nas condições propostas pelo licitante vencedor, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei 14.133/21.

**16.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

**16.6.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**16.6.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

## 17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

**17.1.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e na Minuta Contratual (anexo III), anexos a este Edital.

## 18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

**18.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (anexo I) e na Minuta Contratual (anexo III), anexos a este Edital.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e na Minuta Contratual (anexo III), anexos a este Edital.

## 20. DO PAGAMENTO

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e Minuta de Contrato (anexo III) anexos a este Edital.

## 21. DAS SANÇÕES

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, observado o disposto na Portaria TRT DG GP n. 421/2023, a licitante que:

**21.1.1.** deixar de entregar documentação exigida para o certame;

**21.1.1.1.** pena: **impedimento de licitar e contratar** com a União pelo período de **6 (seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**21.1.2.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**21.1.2.1.** pena: **impedimento de licitar e contratar** com a União pelo período de **6 (seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**21.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**21.1.3.1.** pena: **impedimento de licitar e contratar** com a União pelo período de **12 (doze) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**21.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico;

**21.1.4.1.** pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

21.1.5. fraudar o pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.5.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.

21.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.6.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.

21.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

21.1.7.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.

21.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

21.1.8.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.

21.2. Além das penalidades previstas acima, os licitantes ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/21, no que couber.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A Licitante será notificada da intenção do TRT23 aplicar-lhe penalidade para apresentação de defesa prévia no prazo de **15 dias úteis**, a contar do recebimento da notificação, quando o descumprimento do edital puder ensejar a aplicação das sanções previstas nos itens 21.1 e 21.2.

21.4.1. Não serão conhecidos a defesa prévia apresentada e o recurso interposto fora



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

do prazo.

**21.5.** Após o recebimento da defesa prévia ou transcorrido o prazo sem manifestação, a decisão fundamentada será proferida sobre a aplicação total, parcial ou não incidência da penalidade.

**21.5.1.** A análise das razões da defesa prévia será feita pela Secretaria Jurídica - SECJUR, a qual deverá emitir parecer fundamentado sobre os aspectos jurídicos suscitados pela contratada.

**21.6.** Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de **15 dias úteis**, a contar do recebimento da notificação.

**21.6.1.** O recurso será encaminhado à Secretaria Jurídica, que analisará e emitirá parecer jurídico.

**21.6.2.** O Diretor-Geral, após emissão de parecer pela Secretaria Jurídica, poderá, em **5 dias úteis**, reconsiderar a decisão que aplicou a penalidade ou mantê-la, de forma fundamentada, providenciando, no último caso, a remessa do recurso à Presidência do Tribunal, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**21.7.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 dias úteis**, contado do seu recebimento.

**21.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.9.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a CONTRATADA para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**21.10.** A contagem do prazo para apresentação da defesa prévia, recurso e pedido de reconsideração fluirá a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

**21.10.1.** O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo, feriado ou quando não houver expediente neste Órgão.

**21.10.2.** À licitante caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

no prazo de **10 (dez) dias** corridos, contado de seu envio pelo TRT23.

**21.10.3.** Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pela licitante.

**21.10.4.** É de responsabilidade da licitante manter seu endereço eletrônico atualizado junto ao SICAF, não podendo alegar desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**21.11.** As penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**21.11.1.** A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

**21.12.** Após o registro da penalidade e inexistindo pagamentos devidos pela Administração ou na hipótese de o crédito existente ser insuficiente, a licitante será notificada para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU, no prazo de vencimento da respectiva guia.

**21.12.1.** Esgotado o prazo de que trata o subitem anterior sem que haja o pagamento da multa aplicada e havendo garantia prestada, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.

**21.12.2.** Não ocorrendo a quitação dos valores devidos após os procedimentos descritos, serão oficiadas a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou a Advocacia-Geral da União – AGU para que adotem as medidas pertinentes.

**21.13.** As sanções que vierem a ser aplicada serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

**21.14.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**21.15.** No caso da penalidade prevista se mostrar desproporcional a gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, de forma excepcional e justificadamente, reduzi-la, observando os demais critérios previstos.

**21.16.** A personalidade jurídica da licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133/21.

**21.17.** O TRT23 deverá, no prazo máximo **15 dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), conforme art. 161, da Lei nº 14.133/21.

**21.18.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 29 da Portaria TRT DG GP n. 421/2023.

**21.19.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do TRT 23 (caso houver), nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73/2022.

**21.20.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**21.20.1.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, no mesmo Proad, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, conforme art. 159 da Lei 14.133/21.

**21.20.2.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**21.21.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**21.22.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Portaria TRT DG GP n. 421/2023, na Lei n. 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

**21.23.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no anexo I (Termo de Referência) e no anexo III (Minuta Contratual), anexos a este Edital.

## **22. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**22.2.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.3.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital considerar-se-ão:

**22.3.1.** Salvo ressalva expressa, todos os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF).

**22.3.2.** Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos.

**22.3.3.** Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis (de expediente no TRT).

**22.3.4.** Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento

**22.3.5.** Prazos em horas úteis terão seu início e término computados durante o expediente deste Tribunal (das 07:30 às 14:30 horas, Cuiabá-MT).

**22.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.5.** Na execução do Contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá subcontratar partes do objeto, conforme previsto no item 4 do Termo de Referência Anexo ao Edital, e até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

**22.6.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

**24.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público.

**22.8.** Em caso de divergência existente entre as especificações descritas no sistema de catalogação (CATMAT/CATSER) do Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**22.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão, nessa ordem, as deste Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

**22.10.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.11.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.12.** A presente licitação poderá ser revogada por motivo de conveniência e oportunidade, ou anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21.

**22.13.** O Edital e a documentação que o acompanha poderão ser obtidos na íntegra no portal do TRT-MT ([www.trt23.jus.br](http://www.trt23.jus.br)), no portal de compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas ([www.gov.br/pncp/pt-br/](http://www.gov.br/pncp/pt-br/)), e por extrato no Diário Oficial da União e em jornal local de grande circulação.

**22.14.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**22.15.** As questões decorrentes do presente instrumento, que não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro de Cuiabá, Seção Judiciária de Mato Grosso, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá, 11 de maio de 2026.

(Assinado digitalmente)  
THIAGO SIGARINI FLORES SILVA  
Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

Modelo v4.5.1

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Prestação de serviços de emissão de certificados digitais e fornecimento de mídias criptográficas, destinados a magistrados e servidores do TRT da 23ª Região, além de certificados para aplicações e segurança de domínios.

Item	Descrição	Quantidade
1	Emissão de certificado digital pessoa física A3 (Cert-JUS), validade 3 anos	Até 2.848
2	Fornecimento de token criptográfico USB (ICP-Brasil/INMETRO)	Até 658
3	Emissão de certificado digital e-CNPJ A1, validade 1 ano	Até 05
4	Emissão de certificado SSL Wildcard (OV), cadeia internacional	Até 24

Tabela 1 - Definição do objeto

1.1. IDENTIFICAR O(S) CÓDIGO(S) DO CATÁLOGO DE MATERIAIS

Item	Descrição	Código
1	Emissão de certificado digital a3, sem token pessoa física	27219
2	Emissão de certificado digital a3, com token pessoa física	27189
3	Emissão de certificado digital a1 para pessoa física	27146
4	Emissão de certificado digital tipo SSL	30274

Tabela 2 - Definição do código do catálogo de materiais

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A demanda é imperativa para garantir a continuidade da prestação jurisdicional, dado que o uso de certificação digital é obrigatório para o acesso e prática de atos nos sistemas PJe e ponto eletrônico na intranet. A contratação visa assegurar a autenticidade, integridade e validade jurídica das transações eletrônicas, conforme a MP nº 2.200-2/2001 e Resoluções do CNJ (nº 185/2013) e CSJT (nº 164/2016).

2.2. OBJETIVOS

Com a aquisição da solução espera-se alcançar os seguintes objetivos:

- Prover meios de identificação digital para magistrados e servidores.
- Garantir a segurança das aplicações web institucionais e a identificação da



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

pessoa jurídica perante órgãos externos.

### 2.3. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS

Com a aquisição da solução espera-se alcançar os seguintes benefícios:

- **Sustentabilidade:** Redução do uso de papel e redução do impacto ambiental pelo transporte de documentos físicos.
- **Segurança:** Mitigação de riscos de fraude e garantia de sigilo nas comunicações.

### 2.4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A Tabela 3 identifica os planos e os respectivos objetivos estratégicos alinhados ao objeto a ser contratado.

Plano	Objetivo estratégico
PEI 2021-2026	OE 10 – Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados.
ENTIC-JUD 2021-2026	Objetivos Estratégicos 5 e 7
PLS	Redução do consumo de papel e suporte físico de processos.

Tabela 3 - Alinhamento estratégico

### 2.5. PLANO DE AQUISIÇÃO

Plano	Item	Descrição
PCA 2026	5	Aquisição de certificados A3 e mídias para interior/teletrabalho
	39	Certificados Digitais para Aplicação

Tabela 4 – Previsão nos planos de contratações

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

A solução consiste em um modelo de contratação sob demanda para emissão de certificados A3, A1 e SSL, com o fornecimento de tokens USB apenas quando necessário (ingresso de novos servidores ou reposição).

### 3.1. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES

O Estudo Técnico Preliminar realizado durante o processo de planejamento da



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

contratação pode ser encontrado no Documento 21 do PROAD 2006/2025.

### 3.2. REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

(Resolução CNJ 182/2013 Art. 18º, § 3º, IV)

#### 3.2.1. Certificados Digitais para Pessoa Física (Tipo A3 - ICP-Brasil)

Estes certificados são destinados a magistrados e servidores, devendo observar as seguintes condições:

- 3.2.1.1. Tipo e Validade: Devem ser do tipo A3, com validade de 3 (três) anos a partir da emissão.
- 3.2.1.2. Perfil: Devem obrigatoriamente seguir o modelo Cert-JUS (Magistrado ou Institucional).
- 3.2.1.3. Hierarquia de Chaves: A emissão deve ocorrer por Autoridade Certificadora (AC) credenciada na ICP-Brasil e subordinada à cadeia da Autoridade Certificadora da Justiça (AC-JUS).
- 3.2.1.4. Layout e DN: Devem atender integralmente às especificações de valoração do DN (Distinguished Name) do "Leiaute dos Certificados Digitais Cert-JUS" em sua versão 9.0 ou superior.
- 3.2.1.5. Forma de Identificação: A identificação e validação dos titulares deverão ocorrer, obrigatoriamente, por meio de videoconferência ou renovação eletrônica online, tanto para novas emissões quanto para renovações de certificados, em estrita observância à Resolução nº 169/2020 do ICP-Brasil.
- 3.2.1.6. Armazenamento: A solução deve permitir o armazenamento tanto em mídias físicas (tokens) quanto em hardware criptográfico centralizado (nuvem/HSM), se aplicável.

#### 3.2.2. Tokens Criptográficos

Os dispositivos físicos para armazenamento das chaves privadas devem cumprir os seguintes requisitos:

- 3.2.2.1. Conectividade: Padrão de conexão USB.
- 3.2.2.2. Certificação e Homologação: Devem ser obrigatoriamente homologados pelo INMETRO e compatíveis com os padrões de armazenamento da ICP-Brasil.

#### 3.2.3. Certificado Digital e-CNPJ (Tipo A1)

Destinado à identificação da pessoa jurídica e integrações sistêmicas:

- 3.2.3.1. Formato de Entrega: Tipo A1, fornecido em arquivo eletrônico (extensões .pfx ou .p12), protegido por senha.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

- 3.2.3.2.** Vínculo Institucional: Emitido obrigatoriamente para o CNPJ do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.
- 3.2.3.3.** Validade: Mínima de 12 (doze) meses a partir da emissão.
- 3.2.3.4.** Funcionalidade: Deve permitir instalação em servidores de aplicação e equipamentos de rede, garantindo exportação e backup seguro da chave privada.
- 3.2.4. Certificado Digital SSL Wildcard (OV)**  
Para a proteção de domínios e comunicações institucionais:
- 3.2.4.1.** Abrangência: Tipo SSL/TLS Wildcard, permitindo a proteção simultânea do domínio principal (trt23.jus.br) e de todos os seus subdomínios de primeiro nível.
- 3.2.4.2.** Validação: Validação Organizacional (OV) ou superior, assegurando a identidade jurídica do Tribunal perante usuários externos.
- 3.2.4.3.** Padrões Criptográficos: Utilização de algoritmo seguro com chave RSA mínima de 2048 bits ou equivalente em ECC.
- 3.2.4.4.** Compatibilidade Normativa: O prazo de validade deve seguir as normas vigentes do CA/Browser Forum, observando a tendência internacional de redução de prazos para segurança de TLS.

### **3.3. IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

A não fixação de obrigações ambientais acessórias ou critérios de sustentabilidade adicionais para a futura CONTRATADA, neste tópico específico, fundamenta-se na natureza eminentemente desmaterializada e tecnológica da prestação dos serviços.

A presente contratação é, por definição, um instrumento de promoção da sustentabilidade no Poder Judiciário, uma vez que o Certificado Digital é o principal suporte para a eliminação física do papel nos processos judiciais e administrativos (PJe e PROAD). Conforme consignado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), a adoção da certificação digital mitiga diretamente a emissão de gases poluentes oriundos do transporte logístico de documentos e reduz a necessidade de infraestruturas físicas para armazenamento de acervos.

Ademais, no que tange aos aspectos operativos da contratação, invoca-se a seguinte fundamentação técnica:

- **Predomínio da Imaterialidade:** A execução do objeto consiste, essencialmente, em serviços de caráter lógico (emissão de chaves criptográficas em ambiente de TIC), os quais não geram resíduos sólidos, efluentes ou emissões atmosféricas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

durante o processo de prestação de serviço.

- **Baixa Criticidade Ambiental dos Componentes Físicos:** Os itens físicos previstos (tokens criptográficos) possuem dimensões reduzidas, longa vida útil e quantitativo limitado (até 658 unidades), não representando, portanto, um passivo ambiental que demande a imposição de cláusulas de logística reversa ou fabricação sustentável específicas além das normas gerais de descarte de resíduos eletroeletrônicos já vigentes na legislação nacional.
- **Ausência de Impactos Identificados no ETP:** O Estudo Técnico Preliminar v3.1, após análise técnica criteriosa, concluiu pela inexistência de impactos ambientais negativos ou intercorrências em contratações pretéritas que exigissem medidas mitigadoras suplementares, classificando o tema como não aplicável para fins de intervenção contratual direta.

Dessa forma, entende-se que a imposição de requisitos de sustentabilidade adicionais configuraria ônus desnecessário e potencial restrição à competitividade do certame, visto que o benefício ambiental da solução é alcançado plenamente pela finalidade do próprio objeto contratado.

### 3.4. CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL DO OBJETO

O objeto da contratação deve observar rigorosamente os seguintes normativos técnicos e padrões de conformidade:

#### a) Normativos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil):

- i) MP nº 2.200-2/2001: Institui a ICP-Brasil, garantindo a validade jurídica, integridade e autenticidade de documentos eletrônicos.
- ii) DOC-ICP-04, Versão 7.2: Estabelece os requisitos para a identificação e os procedimentos de "Renovação Eletrônica" para certificados válidos.
- iii) Resolução ICP-Brasil nº 169/2020: Regulamenta as modalidades de identificação, incluindo videoconferência e renovação online.
- iv) Políticas de Certificado (PC) e Declarações de Práticas de Certificação (DPC): Padrões técnicos específicos da ICP-Brasil aplicáveis a cada tipo de certificado (e-CNPJ A1 e Pessoa Física A3).

#### b) Normativos do Poder Judiciário (Especificações de Layout):

- i) Leiaute dos Certificados Digitais CERT-JUS, Versão 9.0 (ou superior): Define a valoração obrigatória dos campos do Distinguished Name (DN) para a Autoridade Certificadora da Justiça (AC-JUS).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

- ii) Resolução CNJ nº 185/2013: Define os parâmetros técnicos de assinaturas digitais admitidas no sistema PJe.
- iii) Resolução CSJT nº 164/2016: Disciplina o uso e a concessão de certificados institucionais no âmbito da Justiça do Trabalho.

**c) Padrões Técnicos Internacionais e de Hardware:**

- i) Baseline Requirements do CA/Browser Forum: Normas globais que regem a emissão e os prazos de validade técnica para certificados SSL/TLS Wildcard.
- ii) Homologação INMETRO: Requisito obrigatório para os tokens criptográficos USB, garantindo a segurança física do hardware de armazenamento.
- iii) Protocolos TLS: Boas práticas de segurança da informação para a proteção de domínios e subdomínios via protocolo seguro.

**d) Normativos Fazendários (Para e-CNPJ):**

- i) Instrução Normativa RFB nº 1994/2020: Estabelece os critérios técnicos para a emissão e uso do certificado digital e-CNPJ

### **3.5. RELAÇÃO ENTRE O QUANTITATIVO PREVISTO E A SER CONTRATADO**

A definição dos quantitativos para a presente contratação fundamenta-se na análise histórica de consumo, na projeção de crescimento da força de trabalho e na necessidade de adequação às normas internacionais de segurança cibernética, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

**a) Dimensionamento dos Certificados de Pessoa Física (Itens 1 e 2):**

O quantitativo de 2.848 certificados A3 e 658 tokens foi estabelecido para um horizonte de 60 meses (maio de 2026 a julho de 2031), representando uma evolução analítica sobre o DFD inicial, que previa 594 certificados para apenas 30 meses.

- **Justificativa do Quantitativo:** A base de cálculo considerou inicialmente 501 servidores lotados no interior e 380 servidores em regime de teletrabalho na capital e Várzea Grande, totalizando 881 usuários diretos. Após o incremento solicitado pela área demandante por meio do documento n. 42, o quantitativo foi elevado para contemplar também magistrados e servidores lotados em Cuiabá e Várzea Grande em regime presencial.
- **Margem de Segurança:** Aplicou-se uma margem de segurança de 30% (até 658



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

unidades) para absorver novas nomeações, substituições por perda ou dano e transições de regime de trabalho.

- **Estratégia de Eficiência:** Optou-se pela contratação de quantitativos máximos, mas com execução estritamente sob demanda. A segregação entre a emissão do certificado (Item 1) e o fornecimento da mídia (Item 2) permite que o Tribunal adquira apenas o componente necessário, priorizando o reaproveitamento de tokens em estoque ou em posse dos usuários, o que otimiza o gasto público.

**b) Dimensionamento dos Certificados de Aplicação e Segurança (Itens 3 e 4)**

- i) **e-CNPJ A1:** Previsão de 5 unidades, correspondendo a uma emissão anual para garantir a identificação institucional perante órgãos governamentais e sistemas externos.
- ii) **SSL Wildcard:** O quantitativo de 24 unidades justifica-se pela tendência global de redução drástica nos prazos de validade dos certificados TLS (de anuais para períodos que podem chegar a 47 dias), exigindo renovações mais frequentes para manter a proteção do domínio institucional e de todos os seus subdomínios.

Dessa forma, a Administração contratará exatamente o quantitativo necessário para suprir a demanda integral do Tribunal pelo período de 5 anos, evitando soluções de continuidade na prestação jurisdicional e garantindo, simultaneamente, a flexibilidade necessária para não imobilizar recursos em itens de hardware (tokens) que não venham a ser efetivamente utilizados.

**3.6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A análise de mercado para o levantamento das soluções e valores fundamentou-se em contratações públicas similares e pesquisas de preços medianas, visando a eficiência e a economicidade administrativa. A fundamentação detalhada desta análise encontra-se nas Seções 5.3 e 7 do Estudo Técnico Preliminar, mapa de preços elaborado pela Coordenadoria de Contratações (doc. 39) e atualizações posteriores a pedido da área demandante (doc. 42).

A Tabela 5 apresenta os diferentes cenários e modelos de solução identificados durante a fase de prospecção de mercado:

	Valor (mês/an..)
Solução 1: Serviço de emissão de até 2.848 certificados digitais	R\$ 213.852,87



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

para pessoa física do tipo Cert-JUS Magistrado ou Institucional A3 – ICP-Brasil, com validade de 3 anos, sem fornecimento de token criptográfico; fornecimento de até 658 unidades de tokens criptográficos USB para armazenamento de certificados digitais no padrão ICP-Brasil; serviço de emissão de até 05 certificados digitais do tipo e-CNPJ em formato A1 com validade de 1 ano; e serviço de emissão de até 24 certificados digitais SSL, de domínio (wildcard), de validação completa e cadeia internacional (OV - Organization Validation), com prazo de validade correspondente ao período máximo permitido pelas normas vigentes do CA/Browser Fórum e demais requisitos aplicáveis à certificação TLS no momento de sua emissão.	
--	--

**Tabela 5 – Soluções identificadas**

**a) Cálculo Dos Custos Totais de Propriedade**

A área demandante, apresentou o desdobramento do quantitativo total estimado, considerando a distinção entre emissões de certificados e fornecimento de mídias criptográficas, nos seguintes termos:

- 2.848 unidades destinadas à emissão de certificados digitais sem fornecimento de token criptográfico, aplicáveis aos casos em que servidores ou magistrados já possuam mídia criptográfica em condições de reutilização ou quando o Tribunal disponha de tokens em estoque.
- 658 unidades correspondentes ao lote “apenas token”, destinadas exclusivamente ao fornecimento de novo token criptográfico, para reposição por extravio, dano ou avaria, sem necessidade de nova emissão imediata de certificado digital.

Diante do cenário posto, verifica-se que a segregação do objeto da licitação em itens distintos é a alternativa que melhor atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento da contratação. Nesse sentido, mostra-se tecnicamente adequada a estruturação do objeto nos seguintes itens:

1. Emissão de certificados digitais para pessoa física do tipo Cert-JUS Magistrado ou Institucional A3 – ICP-Brasil, com validade de 3 anos;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

2. Fornecimento de token criptográfico USB para armazenamento de certificados digitais no padrão ICP-Brasil.
3. Emissão de certificados digitais do tipo e-CNPJ em formato A1 com validade de 1 ano;
4. Emissão de certificados digitais SSL, de domínio (wildcard), de validação completa e cadeia internacional (OV - Organization Validation), com prazo de validade correspondente ao período máximo permitido pelas normas vigentes do CA/Browser Fórum e demais requisitos aplicáveis à certificação TLS no momento de sua emissão.

Tal modelagem permite ao Tribunal adquirir apenas os componentes estritamente necessários em cada situação concreta, evitando custos desnecessários com fornecimento de mídias criptográficas quando estas já estiverem disponíveis e em condições de uso, ao mesmo tempo em que assegura atendimento tempestivo aos casos que demandem novos tokens.

Dessa forma, ainda que não seja possível a aplicação de uma análise comparativa de TCO entre soluções distintas, o estudo evidencia que a Solução 1, operacionalizada por meio de itens segregados no objeto da contratação, resulta na melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida da solução, alinhando-se às necessidades institucionais do TRT23 e às boas práticas de gestão de recursos públicos.

**Item 1 – Emissão de certificados digitais para pessoa física do tipo Cert-JUS Magistrado ou Institucional A3 – ICP-Brasil, com validade de 3 anos:**

Este item contempla exclusivamente o serviço de emissão do certificado digital, independentemente da necessidade ou não de fornecimento de token criptográfico.

Quantidade total de emissões: 2.848 unidades.

- Custo unitário estimado da emissão: R\$ 51,80.
- Custo total estimado do Item 1 (TCO):  $2.848 \times R\$ 51,80 = R\$ 147.526,40$ .

Esse valor representa o custo total de propriedade do serviço de emissão de certificados digitais ao longo do período considerado, independentemente da política de fornecimento de tokens.

**Item 2 – Fornecimento de token criptográfico USB para armazenamento de**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**certificados digitais no padrão ICP-Brasil:**

Este item contempla exclusivamente o fornecimento do dispositivo criptográfico, utilizado para armazenamento da chave privada dos certificados digitais A3.

Quantidade total de tokens: 658 unidades

- Custo unitário estimado do token: R\$ 49,77.
- Custo total estimado do Item 2 (TCO):  $658 \times R\$ 49,77 = R\$ 32.748,66$ .

Já em relação aos certificados digitais para aplicações corporativas e para proteção de domínios institucionais, a modelagem também se dá por item específico, considerando a natureza distinta da finalidade e do ambiente de utilização.

**Item 3 – Emissão de certificados digitais do tipo e-CNPJ em formato A1, com validade de 1 ano:**

Este item contempla a emissão de certificado digital de pessoa jurídica, vinculado ao CNPJ do Tribunal, no formato A1, destinado à utilização em sistemas corporativos, integrações eletrônicas, webservices e autenticações automatizadas perante órgãos governamentais e entidades parceiras.

Por se tratar de certificado armazenado em arquivo eletrônico, sua utilização ocorre, em regra, em ambiente de servidor, sob gestão direta da área técnica responsável, exigindo controles adequados de segurança da informação quanto à proteção da chave privada.

Composição do quantitativo: 5 unidades.

- Custo unitário estimado do e-CNPJ A1: R\$ 137,45.
- Custo total estimado do Item 3 (TCO):  $5 \times R\$ 137,45 = R\$ 687,25$ .

Esse valor representa o custo total estimado para emissão dos certificados e-CNPJ A1 no período considerado, observada a necessidade de renovação anual.

**Item 4 – Emissão de certificados digitais SSL, de domínio (wildcard), com validação organizacional (OV – Organization Validation) e cadeia internacionalmente reconhecida:**

Este item contempla a emissão de certificado digital SSL do tipo wildcard, destinado à proteção criptográfica do domínio principal do Tribunal e de seus



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

subdomínios, viabilizando comunicação segura mediante protocolo TLS, com validação organizacional da entidade.

O prazo de validade observará o período máximo permitido pelas normas vigentes do CA/Browser Fórum e demais requisitos aplicáveis à certificação TLS no momento da emissão, considerando o cronograma progressivo de redução da validade dos certificados.

Composição do quantitativo: 24 unidades.

- Custo unitário estimado do SSL Wildcard OV: R\$ 1.370,44
- Custo total estimado do Item 4 (TCO):  $24 \times R\$ 1.370,44 = R\$ 32.890,56$ .

	Item	Valor (R\$)
<b>Solução Viável 1</b>	Emissão de certificados digitais para pessoa física do tipo Cert-JUS Magistrado ou Institucional A3 – ICP-Brasil, com validade de 3 anos.	R\$ 147.526,40
	Fornecimento de token criptográfico USB para armazenamento de certificados digitais no padrão ICP-Brasil.	R\$ 32.748,66
	Emissão de certificados digitais do tipo e-CNPJ em formato A1, com validade de 1 ano.	R\$ 687,25
	Emissão de certificados digitais SSL, de domínio (wildcard), com validação organizacional (OV – Organization Validation) e cadeia internacionalmente reconhecida.	R\$ 32.890,56
	<b>Valor total</b>	<b>R\$ 213.852,87</b>

**Tabela 6 - Cálculo dos custos totais de propriedade**

**b) Mapa Comparativo dos Cálculos Totais de Propriedade**

Solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos				Valor (R\$)
	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Ano 2029	
<b>Solução Viável 1</b>	R\$ 53.463,21	R\$ 53.463,21	R\$ 53.463,21	R\$ 53.463,21	<b>R\$ 213.852,87</b>

**Tabela 7 - Mapa comparativo dos custos totais de propriedade**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Requisitos de Habilitação e Conformidade Técnica

- **Credenciamento Obrigatório:** A licitante deve comprovar o credenciamento da Autoridade Certificadora (AC) junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI/ICP-Brasil) durante todo o período contratual.
- **Hierarquia AC-JUS:** Para os certificados de pessoa física (Item 1), a contratada deve estar apta a emitir certificados subordinados à cadeia da Autoridade Certificadora da Justiça (AC-JUS).
- **Modalidades de Identificação:** É requisito essencial a capacidade técnica para realizar a validação e identificação dos titulares via videoconferência ou renovação eletrônica, observando a Resolução ICP-Brasil nº 169/2020.

b) Exigência de Amostras / Prova de Conceito (PoC)

- **Justificativa de Não Exigência de Amostra Física:** Dada a natureza imaterial dos certificados digitais, não se exigirá amostra física prévia.
- **Demonstração de Conformidade de Layout:** Em substituição à amostra, a contratada poderá ser instada a apresentar, na fase de julgamento, evidência técnica (como um espelho de certificado emitido em ambiente de teste) que comprove a plena aderência aos campos do *Distinguished Name* (DN) definidos no Leiaute CERT-JUS v9.0 ou superior.

c) Subcontratação

- **Vedação Parcial:** Considerando o elevado grau de criticidade da solução, diretamente vinculada à atividade jurisdicional (PJe) e à segurança institucional, fica vedada a subcontratação das atividades finalísticas de emissão e validação das chaves criptográficas.
- **Exceção Logística:** Poderá ser admitida a subcontratação apenas para serviços acessórios de logística e entrega física de tokens no Edifício Sede em Cuiabá (Secretaria de Gerenciamento Humano - SGH), desde que previamente autorizada pelo Tribunal e sem eximir a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução.

d) Garantia Contratual

- Não será exigida garantia contratual, tendo em vista que o objeto possui baixo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

risco de inadimplemento relevante e que o valor estimado da contratação, mesmo considerado em sua vigência total de 5 (cinco) anos, não se mostra expressivo a ponto de justificar a imposição de tal exigência.

**e) Visita Técnica**

- **Inaplicabilidade:** A realização de visita técnica é considerada desnecessária para o presente objeto, visto que os serviços não demandam instalações físicas permanentes no Tribunal nem adequações complexas no ambiente de TIC que não possam ser dirimidas via edital.

**5. DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução contratual será operacionalizada de forma continuada e sob demanda, condicionada às necessidades efetivas do Tribunal. A dinâmica compreende as etapas de mobilização inicial, fluxo de solicitações mensais e gestão de conformidade técnica, conforme descrito a seguir:

- **Mobilização Inicial:** Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar o portal / sistema para solicitação dos tokens e certificados digitais, suporte técnico e a infraestrutura necessária para a emissão dos certificados.
- **Fluxo de Execução (Sob Demanda):** As demandas serão formalizadas pela Secretaria de Gerenciamento Humano (SGH) ou pela Secretaria de Atendimento ao Magistrado por meio de instrumentos formais de solicitação.
- **Entrega e Verificação:** A emissão dos certificados e a entrega de tokens físicos deverão ocorrer exclusivamente no endereço do Edifício Sede em Cuiabá, especificamente na Secretaria de Gerenciamento Humano (SGH), observando os prazos de SLA estabelecidos na Tabela 9 (ANS03), sendo cada entrega objeto de aferição quanto à integridade física e aderência aos layouts técnicos (CERT-JUS).
- **Ciclo de Recebimento e Pagamento:** O processo de faturamento será mensal, consolidando as demandas atendidas e atestadas definitivamente pela fiscalização do contrato.

A Tabela 8 apresenta o cronograma que contém a dinâmica da execução da contratação.

Data	Atividade/Etapa
------	-----------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)**  
**COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

Dia D	Homologação do resultado da licitação.
Dia D + 10 úteis dias	Adjudicação dos lotes aos licitantes vencedores, emissão de nota(s) de empenho e subsequente convocação para assinatura do contrato.
Data da assinatura do contrato + 5 dias úteis	Disponibilização do portal/sistema para solicitação de certificados digitais e tokens.
Data do pedido dos tokens + 30 dias	Entrega dos tokens no Edifício Sede em Cuiabá - MT.
Data de recebimento dos tokens e nota fiscal + 5 dias úteis	Emissão de Termo de Recebimento Provisório.
Data da emissão do Termo de Recebimento Provisório + 5 dias úteis	Emissão de Termo de Recebimento Definitivo.
Data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo + 10 dias úteis	Pagamento dos tokens.
Data de solicitação dos certificados digitais + 5 dias úteis	Realização da videoconferência para emissão do certificado digital.
Data de realização da videoconferência + 2 dias úteis	Disponibilização do certificado digital para gravação no token, cuja operação de gravação será de responsabilidade do TRT 23.
Dias 01 a 05 de cada mês	Encaminhamento do relatório referente aos certificados digitais emitidos pela contratada no mês anterior.
Data de recebimento do relatório de emissões dos certificados digitais + 5 dias úteis	Validação do relatório de emissões pelo TRT 23.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

Data de recebimento da nota fiscal dos certificados digitais emitidos + 10 dias úteis	Pagamento dos certificados digitais.
---	--------------------------------------

Tabela 8 – Cronograma

### 5.1. INSTRUMENTOS FORMAIS

Os instrumentos formais a serem utilizados durante a vigência contratual estão listados abaixo, dentre outros que circunstâncias específicas podem ensejar:

- Instrumento Contratual;
- Nota de empenho de despesa;
- Termo de Recebimento Provisório;
- Termo de Recebimento Definitivo;
- Notificações e convocações administrativas por e-mail;
- Notificações e convocações administrativas por ofício impresso;
- Registro, junto ao fornecedor da solução, de chamados de suporte técnico por telefone, e-mail, chat ou formulário em página de internet.

### 5.2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021. A eficácia do contrato dar-se-á após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, facultando-se à Administração a emissão imediata de ordens de fornecimento para mídias criptográficas, visando garantir a disponibilidade de estoque para a transição operacional da prestação jurisdicional quando do encerramento da contratação em vigor quando da publicação deste Termo de Referência.

### 5.3. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA

Em estrita observância às normas regulamentares que regem as contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário, os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação de índice que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos insumos específicos do setor.

- **Definição do Índice:** Para fins de reajuste de preços, será adotado obrigatoriamente o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

adoção do ICTI justifica-se por ser o indexador setorial que melhor captura as oscilações de custos específicos da área de tecnologia, como mão de obra qualificada e componentes eletrônicos, minimizando distorções decorrentes de índices de inflação generalistas.

- **Periodicidade e Marco Inicial:** O reajuste ocorrerá após o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir.

Os reajustes subsequentes observarão o intervalo anual contado a partir da vigência do último reajuste aplicado.

#### 5.4. FORMA DE ACOMPANHAMENTO DA GARANTIA E NÍVEIS DE SERVIÇO

A Tabela 9 apresenta o acordo de nível de serviço.

Cod.	Serviço	Acordo
ANS01	Disponibilidade da Solução	O sistema de agendamento, validação e emissão de certificados deve permanecer disponível 99% (noventa e nove por cento) do tempo, em regime 24x7.
ANS02	Prazo para Emissão de Certificados (A3, A1 e SSL)	A emissão e disponibilização do certificado devem ocorrer em até 7 dias úteis após a solicitação.
ANS03	Entrega e Reposição de Tokens Criptográficos	Os dispositivos físicos (tokens) devem ser entregues no Edifício Sede (Cuiabá-MT), aos cuidados da SGH, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da formalização da solicitação.
ANS04	Suporte Técnico e Atendimento	O tempo de resposta inicial para chamados de suporte técnico deve ser de até 4 (quatro) horas úteis, com resolução definitiva em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.

Tabela 9 – Acordo de nível de serviço



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

#### 5.5. FORMA DE COMUNICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A Tabela 10 apresenta os mecanismos que serão utilizados como formas de comunicação e acompanhamento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

Mecanismo	Objetivo	Acesso
Ofício impresso	Enviar notificações e convocações administrativas à contratada	Correios
E-mail	Enviar notificações e convocações administrativas à contratada, enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas	Endereço de correio eletrônico a ser fornecida pela contratada
Chat	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico	Serviço de chat a ser eventualmente fornecida pela contratada
Página de serviços na internet	Solicitação de tokens e certificados digitais e também o registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Página de serviços na internet a ser fornecida pela contratada

Tabela 10 – Mecanismos de comunicação e acompanhamento

#### 5.6. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Os tokens criptográficos a serem contratados serão recebidos provisoriamente, das 7:30h às 14:30h, exclusivamente no Edifício Sede, sito à Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 - Centro Político e Administrativo - Cuiabá - MT, CEP 78049-935, aos cuidados da Secretaria de Gerenciamento Humano (SGH). O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o provisório, condicionado à aprovação nos critérios de avaliação descritos na Tabela 11.

Etapa	Critério de avaliação
-------	-----------------------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

Recebimento provisório	1. Verificação Quantitativa: Conferência se o quantitativo de certificados emitidos e tokens entregues corresponde fielmente ao solicitado na Ordem de Serviço/Fornecimento. 2. Integridade Física: Verificação visual da integridade dos tokens criptográficos entregues. 3. Documentação: Entrega de relatórios de emissão ou espelhos de certificados correspondentes ao lote.
Recebimento definitivo	1. Verificação da homologação no INMETRO.

**Tabela 11 – Avaliação do recebimento**

Os serviços de emissão serão atestados mensalmente pela equipe de gestão do contrato, mediante verificação de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **5.7. FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento pelos tokens adquiridos ocorrerá após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo constante na seção 'FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO', respeitados os critérios de avaliação da Tabela 11 e os prazos estabelecidos no cronograma da seção 'DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO'."

O serviço de emissão de certificados digitais será pago após a verificação, pela equipe de gestão do contrato, do cumprimento dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

#### **5.8. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

A transferência de conhecimento encontra-se disponível na Seção 5.1 do Plano de Sustentação e Transição Contratual, constante no Documento 22 do PROAD 2006/2025.

#### **5.9. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Os direitos de propriedade intelectual encontram-se disponíveis na Seção 5.2 do Plano de Sustentação e Transição Contratual, constante no Documento 22 do PROAD 2006/2025.

#### **5.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

## 6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6.1. PAPÉIS DOS PRINCIPAIS ATORES

A Tabela 12 apresenta os papéis a serem desempenhados pelos principais atores do órgão e da empresa envolvidos na gestão e execução da contratação.

Papel	Responsabilidade
Gestor do Contrato	Estabelecer contato, quando necessário, com a contratada para a troca de informações relacionadas à execução contratual, encaminhamento de demandas, notificação de irregularidades e de aplicação de penalidades.
Fiscal Demandante do Contrato	Acompanhamento da execução contratual sob o aspecto de sua efetividade, verificando se os objetivos da contratação têm sido alcançados.
Fiscal Técnico do Contrato	Acompanhamento da execução contratual sob o aspecto de sua eficiência, verificando se as exigências operacionais contidas no contrato e edital de licitação têm sido observadas.
Fiscal Administrativo do Contrato	Acompanhamento da execução contratual sob o aspecto de sua conformidade legal e administrativa, verificando se a contratada mantém as exigências legais e regulatórias que a habilitaram a celebrar o contrato.
Preposto	Acompanhar a execução contratual sob a ótica da contratada. É o responsável oficial por manter as relações entre contratante e contratada.

**Tabela 12 – Papéis dos principais atores**

### 6.2. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- 6.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 6.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

---

- da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 6.2.4.** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 6.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 6.2.6.** Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- 6.2.7.** Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) durante a execução do contrato; e
- 6.2.8.** Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 6.2.9.** Garantir que todos os certificados de pessoa física emitidos sigam rigorosamente o leiaute CERT-JUS, Versão 9.0 (ou superior), operando em estrita subordinação à cadeia da Autoridade Certificadora da Justiça.
- 6.2.10.** Disponibilizar e manter, às suas expensas, plataforma tecnológica para identificação e validação por videoconferência, garantindo a plena operacionalidade conforme determina a ICP-Brasil, permitindo que magistrados e servidores realizem o procedimento sem deslocamento físico.
- 6.2.11.** Guardar absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer dados e informações de magistrados, servidores e do Tribunal acessados em razão da execução contratual, implementando medidas de segurança técnica e organizacional para proteção de dados pessoais, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às normas de segurança da informação da ICP-Brasil.
- 6.2.12.** Fornecer relatórios mensais detalhados de faturamento que identifiquem cada certificado emitido (tipo, titular e data), bem como o controle dos tokens entregues, a fim de subsidiar o acompanhamento dos níveis de serviço (SLA) e a liquidação da despesa.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

---

**6.3. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE**

- 6.3.1.** Indicar e nomear gestor e fiscais demandante, técnico e administrativo para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 6.3.2.** Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens via sistema da contratada, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 6.3.3.** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 6.3.4.** Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na avaliação de resultado;
- 6.3.5.** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 6.3.6.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 6.3.7.** Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- 6.3.8.** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 6.3.9.** Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração.
- 6.3.10.** Coordenar a transição entre o contrato atual e o novo instrumento, garantindo que o início da prestação ocorra em 27/05/2026 para evitar a paralisia das atividades jurisdicionais;
- 6.3.11.** Prover o ambiente lógico seguro e os controles de segurança da informação necessários para a instalação e custódia da chave privada dos certificados e-CNPJ A1 e SSL Wildcard;
- 6.3.12.** Gerenciar o estoque institucional de tokens e indicar formalmente à contratada quando a emissão de certificados A3 deva ser acompanhada do fornecimento de novo dispositivo físico ou se deverá ocorrer o reaproveitamento de mídia existente;
- 6.3.13.** Validar, por intermédio da Secretaria de Tecnologia da Informação e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

Comunicação (STIC), se os certificados emitidos atendem ao Leiaute CERT-JUS Versão 9.0 ou superior e se estão devidamente vinculados à cadeia da AC-JUS.

#### 6.4. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitá-la-á às sanções previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

**a) Sanções Administrativas:**

- **Advertência:** Aplicável por faltas leves que não comprometam a segurança da informação ou a continuidade dos serviços jurisdicionais.
- **Multa:** Aplicável em casos de atrasos, entregas em desconformidade técnica ou descumprimento de Níveis de Serviço (SLA), bem como inexecução parcial ou total do Contrato.
- **Impedimento de licitar e contratar:** Aplicável quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial ou total do contrato, ou apresentar documentação falsa.
- **Declaração de Inidoneidade:** Aplicável nos casos de atos ilícitos graves que tornem a CONTRATADA inidônea para licitar com a Administração Pública.

**b) Dosimetria das Multas:**

Para assegurar a objetividade na aplicação de penalidades, as multas serão calculadas conforme as infrações típicas descritas na tabela abaixo:

Conduta Infracional	Penalidade Sugerida	Base de Cálculo
Atraso injustificado na entrega de tokens (ANS03).	Multa de 0,5% por dia de atraso.	Sobre o valor da Ordem de Fornecimento.
Descumprimento do prazo de emissão de certificados (ANS02).	Multa de 1% por dia de atraso.	Sobre o valor do serviço solicitado.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

Emissão em desconformidade com o Leiaute CERT-JUS.	Multa de 2% por item irregular.	Sobre o valor total da Nota Fiscal do mês.
Indisponibilidade dos serviços de validação/videoconferência (ANS01).	Multa de 0,1% por hora de indisponibilidade.	Sobre o valor global mensal do contrato.
Inexecução total ou parcial do objeto contratado.	Multa de 20%.	Sobre a parcela inadimplida.

**Tabela 13 – Dosimetria das multas**

**c) Procedimento de Aplicação**

- Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo Tribunal ou, caso inexistentes, cobrado judicialmente.
- A aplicação de multas não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1 Critérios de Medição**

- A unidade de medida para aferição da execução será a unidade, aplicada individualmente para cada tipo de certificado efetivamente emitido e para cada token fornecido.
- A medição será processada mensalmente, consolidando os itens entregues e aceitos no período, tendo como base as Ordens de Serviço ou de Fornecimento formalizadas pela contratante.
- A fiscalização técnica verificará a conformidade de cada item entregue em relação aos requisitos específicos estabelecidos neste Termo de Referência.
- Para fins de medição, a qualidade da entrega será confrontada com os Acordos de Nível de Serviço (ANS), sendo considerados apenas os itens que cumprirem



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

os padrões de desempenho e prazos exigidos.

## **7.2 Critérios de Pagamento**

- O pagamento será efetuado mensalmente, correspondendo ao valor total dos serviços e bens que tenham sido objeto de recebimento definitivo no mês de referência.
- O valor a ser pago será o resultado da multiplicação das quantidades efetivamente aceitas pelos respectivos preços unitários contratados.
- A liquidação da despesa fica estritamente condicionada à emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido após a conferência qualitativa e funcional realizada pela fiscalização.
- A contratada deverá emitir a Nota Fiscal após a autorização da fiscalização, que informará o valor exato dimensionado com base na avaliação dos resultados e no cumprimento dos níveis de serviço.
- O pagamento será realizado dentro dos prazos preestabelecidos em contrato, após a liquidação do empenho, mediante a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas durante a licitação

## **8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **a) Modalidade e Forma de Licitação**

- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.
- A escolha do Pregão fundamenta-se na natureza do objeto, que possui características comuns e usuais de bens e serviços encontradas atualmente no mercado de TIC.
- Conforme o Art. 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021 e a classificação constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o objeto é definido como “bem comum”, permitindo a adoção desta modalidade por ser o critério de maior celeridade e transparência para itens com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos.

### **b) Critério de Julgamento**

- O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO.
- A adoção deste critério justifica-se pela suficiência dos requisitos mínimos de qualidade estabelecidos na Seção de Requisitos Técnicos Específicos para



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

garantir o atendimento pleno da necessidade administrativa.

- Em conformidade com o Art. 15, inciso VIII da Portaria TRT DG GP N. 1101/2023, não se vislumbrou a necessidade de ponderação qualitativa superior que justificasse o critério de técnica e preço, uma vez que o mercado de certificação digital (ICP-Brasil) opera sob rígida padronização técnica .

#### **8.1. NATUREZA DO OBJETO**

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais de bens e serviços encontradas atualmente no mercado de TIC, podendo ser classificado como “bem comum” no conceito estabelecido pela Lei n. 10.520/02 e pelo Decreto n. 10.024/19 e, conseqüentemente, ser adquirido por meio de Pregão Eletrônico.

#### **8.2. FORMA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

#### **8.3. PARCELAMENTO DO OBJETO**

A análise técnica e administrativa conduzida pela equipe de planejamento concluiu pela inviabilidade do parcelamento do objeto, optando-se pela licitação em Grupo Único.

### **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da presente contratação foi consolidada após ampla pesquisa de mercado, realizada em observância à **Portaria TRT/DG/GP nº 915/2022**, mediante a formação de cesta de preços com base em contratações similares da Administração Pública e cotações junto a fornecedores especializados.

#### **9.1. Localização da Memória de Cálculo**

- Em atendimento ao Art. 15, inciso IX, da Portaria TRT DG GP N. 1101/2023, as estimativas detalhadas, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos de suporte, constam em **documento separado e classificado** integrante do processo administrativo .
- Tal medida visa assegurar a integridade do processo licitatório, mantendo o sigilo do valor de referência até a fase de julgamento das propostas, nos termos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

permitidos pela legislação vigente.

## 9.2. Resumo da Estimativa da Solução Escolhida

O valor total estimado para a solução integrada, considerando o ciclo de vida de **60 meses**, é de **R\$ 213.852,87**. Os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços observaram as medianas apuradas para cada item da solução:

Item	Descrição Resumida	Quantidade Total	Valor Unitário (Ref.)	Valor Total Estimado
1	Emissão de certificados A3 (Pessoa Física).	Até 2.848	R\$ 51,80	R\$ 147.526,40
2	Fornecimento de tokens USB (homologados).	Até 658	R\$ 49,77	R\$ 32.748,66
3	Emissão de certificados e-CNPJ A1.	Até 05	R\$ 137,45	R\$ 687,25
4	Emissão de certificados SSL Wildcard (OV).	Até 24	R\$ 1.370,44	R\$ 32.890,56
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 213.852,87

Tabela 14 – Resumo da Estimativa da Solução Escolhida

## 9.3. Parâmetros de Cálculo

- **Cesta de Preços:** Utilização da mediana de preços obtida em painéis de contratações públicas similares e consultas diretas ao mercado de certificação digital (ICP-Brasil) .
- **Dimensionamento:** Cálculo baseado na demanda projetada pela SGH e CITM, incluindo margem de segurança de 30% para certificados de pessoa física e adequação às novas regras de validade do CA/Browser Forum para os certificados SSL.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

---

**10. INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários para a presente Contratação serão custeados com recursos da ação de Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho no Estado de Mato Grosso – Programa de Trabalho - PT 02122003342560051, natureza de despesa GND 339040-23 (Emissão de certificados digitais) e 339030-17 (Tokens).

**11. PROPOSTA DE MODELOS**

O modelo de fiscalização técnica e/ou recebimento definitivo que deverá ser utilizado pela equipe de gestão da contratação é o modelo "TRT 23 - Modelo - Termo de Recebimento Definitivo - v2.0", ou versão superior que venha a substituí-la, desenvolvido pela STIC.

Além do modelo de fiscalização técnica disponibilizado, é recomendável utilizar os modelos de artefatos de contratação disponibilizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. No caso do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência – TR a utilização é obrigatória.

Cuiabá – MT, 09 de abril de 2026.

**Equipe de Planejamento da Contratação**

(Instituída pela PORTARIA TRT/DG – 0172/2026)

**CINTIA ERI TADANO**

**Integrante Demandante**

**LEANDRO CESAR PEREIRA DE MIRANDA**

**Integrante Técnico**

**DANIEL ALBINO RANGEL ARAÚJO**

**Integrante Administrativo**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

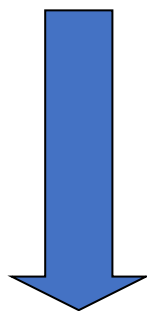
ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O Valor da proposta a ser inserido no campo próprio do SISTEMA COMPRASNET para participação na DISPUTA DE LANCES deverá ser:

**PREÇO UNITÁRIO**

Já a proposta a ser anexada ao sistema, (item 7.2 do Edital), deverá ser detalhada conforme modelo abaixo:



Ao TRT da 23ª Região  
Ref.: Pregão Eletrônico n. 06/2026.

Apresentamos a V. Senhoria nossa proposta de preços, detalhada na tabela abaixo, para fornecimento do objeto que trata o **Pregão Eletrônico n. 06/2026**, conforme especificação constante no Edital e seus Anexos.

Razão Social:	
CNPJ:	
Optante pelo SIMPLES? Sim ( ) Não( ) <i>(se optante, apresentar declaração do anexo II-C)</i>	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	Fax:
Banco:	Conta Bancária:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

N. da Agência:	
Representante para assinatura da Ata/Contrato:	
CPF do Representante:	

GRUPO ÚNICO					
SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Emissão de certificado digital pessoa física A3 (Cert-JUS), validade 3 anos	UN	2.848	R\$ <span></span>	R\$ <span></span>
2	Fornecimento de token criptográfico USB (ICP-Brasil/INMETRO)	UN	658	R\$ <span></span>	R\$ <span></span>
3	Emissão de certificado digital e-CNPJ A1, validade 1 ano	UN	05	R\$ <span></span>	R\$ <span></span>
4	Emissão de certificado SSL Wildcard (OV), cadeia internacional	UN	24	R\$ <span></span>	R\$ <span></span>
PREÇO GLOBAL PARA O PERÍODO DE 60 MESES					R\$ <span></span>

(\*) Concordamos com todas as especificações do Edital.

PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: Conforme o Edital.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme o Edital.

PRAZO DE GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO: Conforme o Edital.

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal

**IMPORTANTE:**

**Proposta a ser encaminhada conforme Edital, devendo conter todas informações exigidas.**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**ANEXO II [A]/[B]/[C]**  
**[A] DECLARAÇÕES GERAIS**

A empresa **(Razão Social)**, inscrita no CNPJ n. , neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) , inscrito no CPF sob o n. , DECLARA, para os devidos fins e sob os ditames da lei que não possui e não contratará durante a vigência da avença decorrente deste certame empregados ou sócios que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução n 07/05 (atualizada pelas n 09/05, n 21/06 e 229/16) do Conselho Nacional de Justiça.

DECLARA que não disponibilizará empregado, que exerça encargo de chefia nas dependências deste Regional para fins da consecução dos serviços contratados, que tenha sido condenado por decisão judicial ou administrativa, transitado e julgado, nos termos dos arts. 1º e 2º da Resolução n. 156/12, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça.

DECLARA não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH n. 2/11 e não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal; do Decreto n. 5.017/04 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

DECLARA que se abstém de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como que se comprometa a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Estatuto da Conduta Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (RA 299/2017);

DECLARA ter ciência da faculdade do gestor do contrato solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à Integridade;

DECLARA que observará a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região em caso de utilização de recursos de tecnologia da informação ou comunicação com outras instituições (RA 342/2023);

DECLARA que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP. *(caso usufrua do tratamento favorecido previsto na LC 123/2006).*

DECLARA que, para os certificados de pessoa física, está apta a emitir certificados subordinados à cadeia da Autoridade Certificadora da Justiça (AC-JUS) e que possui capacidade técnica para realizar a validação e identificação dos titulares via videoconferência ou renovação eletrônica, observando a Resolução ICP-Brasil nº 169/2020, nos termos do item 4 do Termo de Referência.

**[B] DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018**

A licitante DECLARA ainda, sob as penas da lei, para fins de participação no presente certame e futura execução contratual, que está plenamente ciente e em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

A Licitante compromete-se a observar integralmente as normas de proteção de dados durante toda a execução contratual, garantindo que qualquer tratamento de dados pessoais, ou dados pessoais sensíveis, realizado em decorrência do contrato ocorrerá de forma ética, transparente e exclusivamente para a finalidade específica da contratação. Declara, ainda, que é expressamente vedada a utilização dos dados pessoais compartilhados para qualquer outra finalidade que não seja a estritamente necessária para o cumprimento do objeto do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

A Licitante assegura que adotará todas as medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança e a integridade dos dados pessoais tratados, em conformidade com o art. 46 da Lei n. 13.709/2018, observados os padrões mínimos de segurança da informação compatíveis com o nível de risco do tratamento, prevenindo acessos não autorizados, destruição acidental ou ilícita, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Declara, também, que manterá sigilo e confidencialidade sobre todas as informações recebidas, comprometendo-se a não as compartilhar com terceiros, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei ou quando necessário para a fiel execução do contrato.

Em atendimento ao disposto na LGPD, o TRT23, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes do Licitante, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados pelo Tribunal na qualidade de controlador, exclusivamente para fins relacionados à execução contratual, garantindo a aplicação dos princípios da necessidade, adequação e segurança na utilização dessas informações.

Para fins de adequação à LGPD, a Licitante compromete-se, quando cabível, a designar formalmente um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, informando seus dados de contato ao TRT23, quando solicitado. Além disso, compromete-se a orientar e treinar seus colaboradores sobre os princípios e deveres estabelecidos na legislação de proteção de dados, bem como a exigir que eventuais suboperadores e subcontratados também cumpram integralmente as obrigações impostas pela LGPD e pelas cláusulas contratuais pertinentes.

A Licitante declara, ainda, que, em caso de qualquer incidente envolvendo dados pessoais, tais como acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento irregular que possa representar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, informará formalmente o TRT23 no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da ciência do fato, apresentando as informações exigidas nos termos do § 1º do art. 48 da LGPD.

Por fim, a Licitante reconhece que o descumprimento das normas de proteção de dados poderá ensejar penalidades, incluindo advertências, multas, rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como eventuais sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Declara, ainda, que, ao término da execução contratual ou sempre que solicitado pelo TRT23, eliminará ou devolverá à CONTRATANTE todos os dados pessoais tratados, conforme instruções desta, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.

Sendo o que tinha a declarar, firma a presente para que produza os efeitos legais.

**[C] DECLARAÇÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL *(se for o caso)***

A empresa           (Razão Social)          , inscrita no CNPJ n.           , **DECLARA AO TRT DA 23ª REGIÃO**, sob os ditames da lei, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, **QUE É REGULARMENTE**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**INSCRITA NO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDOS PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES NACIONAL**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990)

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

ANEXO III  
**MINUTA DE CONTRATO**

QUE ENTRE SI **CELEBRAM**  
O TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 23ª REGIÃO E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, n. 3355, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CEP: 78.049-935, inscrito no CNPJ sob o n. 37.115.425/0001-56, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, \_\_\_\_\_, e, de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, considerando o julgamento do **Pregão Eletrônico n. \_\_/2026**, tendo em vista o que consta do **PROAD 2006/2025**, resolvem celebrar o presente Contrato, nos termos da Lei n. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E FORNECIMENTO DE MÍDIAS CRIPTOGRÁFICAS, DESTINADOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT DA 23ª REGIÃO, ALÉM DE CERTIFICADOS PARA APLICAÇÕES E SEGURANÇA DE DOMÍNIOS**, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Contrato e seus Anexos.

**1.2.** Independentemente de transcrição, serão considerados parte integrante deste instrumento, guardada a necessária conformidade entre eles, o Edital do Pregão n. 06/2026 e seus Anexos, bem como a proposta da CONTRATADA (doc.\_\_\_\_), tudo constante do Proad TRT n. 2006/2025.

**1.3.** O valor Total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_, conforme descrição abaixo:

**CONFORME TABELA CONSTANTE NO ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**1.4.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de **60 meses**, contados de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/21.

2.2. Os prazos deste contrato serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão por conta do Programa de Trabalho **02122003342560051e Natureza da Despesa \_\_\_\_\_**.

## CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O presente Contrato tem como objetivo o fornecimento integral dos objetos descritos na Cláusula Primeira.

## CLÁUSULA QUINTA – REQUISITOS TÉCNICOS E DINÂMICA DE EXECUÇÃO

5.1. Os requisitos técnicos e a dinâmica de execução do objeto constam no Termo de Referência Anexo ao Edital de Licitação.

## CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, bem como no Edital de Licitação e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2. Prestar os serviços nos termos da sua proposta, sem prejuízo da legislação vigente, sempre em conformidade com os requisitos e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;

6.3. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a contratação;

6.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante, sendo que a responsabilidade técnica caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, e não será transferida, sob nenhum pretexto;

6.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

6.6. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas na dependência do TRT23 durante o procedimento de entrega;

6.7. Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato;

6.8. Arcar com todos custos de execução do objeto, tais como fretes, seguro de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

transporte, tributos federais, estaduais e municipais referentes à produção, circulação e comercialização do produto, emolumentos e taxas públicas, tarifas portuárias, alfandegárias, aduaneiras, mão de obra alocada na logística de entrega/retirada dos veículos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;

**6.9.** Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

**6.10.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

**6.11.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

**6.12.** Observar a Política de Segurança da Informação da Contratante e seus regulamentos derivados;

**6.13.** Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas;

**6.13.1.** Por meio do endereço <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema, podendo acessar, também, diretamente o link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo> a fim de proceder o cadastro.

**6.14.** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

**6.15.** Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência Contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

**6.15.1.** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

**6.15.2.** Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

**6.15.3.** Por ocasião da assinatura do Contrato, será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados com o Setor Público Federal – CADIN, bem como as comprovações das condições de habilitação e contratação previstas no Edital, que



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato, conforme art. 91, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, ratificando-se que, a existência de registro no CADIN, constitui fator impeditivo para a contratação, nos termos do art. 6ª-A da Lei n. 10.522/2002.

**6.16. É vedado à Contratada:**

**6.16.1.** Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Tribunal, sob pena de rescisão contratual;

**6.16.2.** Utilizar o nome da Contratante, ou sua qualidade de contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da Contratante;

**6.16.3.** Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

**6.17.** Cumprir ao longo de toda a execução do contrato a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

**6.18.** Comunicar à Administração da Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

**6.19.** Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

**6.20.** Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) durante a execução do contrato; e

**6.21.** Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

**6.22.** Garantir que todos os certificados de pessoa física emitidos sigam rigorosamente o leiaute CERT-JUS, Versão 9.0 (ou superior), operando em estrita subordinação à cadeia da Autoridade Certificadora da Justiça.

**6.23.** Disponibilizar e manter, às suas expensas, plataforma tecnológica para identificação e validação por videoconferência, garantindo a plena operacionalidade conforme determina a ICP-Brasil, permitindo que magistrados e servidores realizem o procedimento sem deslocamento físico.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)**  
**COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

---

**6.24.** Guardar absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer dados e informações de magistrados, servidores e do Tribunal acessados em razão da execução contratual, implementando medidas de segurança técnica e organizacional para proteção de dados pessoais, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às normas de segurança da informação da ICP-Brasil.

**6.25.** Fornecer relatórios mensais detalhados de faturamento que identifiquem cada certificado emitido (tipo, titular e data), bem como o controle dos tokens entregues, a fim de subsidiar o acompanhamento dos níveis de serviço (SLA) e a liquidação da despesa.

**6.26.** Cumprir as obrigações contidas neste Contrato e no Termo de Referência;

**6.27.** Se abster de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como que se comprometa a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Estatuto da Conduta Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (RA 299/2017);

**6.28.** Dar conhecimento da Política de Integridade das Contratações do TRT da 23ª Região (PORTARIA TRT SGP GP N. 118/2021) e do Estatuto da Conduta Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (RA 299/2017), bem como das demais normas editadas por este Tribunal sobre os temas, aos respectivos empregados que participarão da execução contratual;

**6.29.** Observar a RA 120/2021, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região;

**6.30.** Observar a RA 342/2023, que institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, em caso de utilização de recursos de tecnologia da informação ou comunicação com outras instituições;

**6.31.** Ter plena ciência de que o descumprimento de obrigações contratuais no âmbito do TRT da 23ª Região serão objeto de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica por meio de Processo Administrativo sancionatório e/ou Processo Administrativo de Responsabilização, conforme o caso;

## **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Indicar e nomear gestor e fiscais demandante, técnico e administrativo para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

**7.2.** Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)**  
**COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

---

Fornecimento de Bens via sistema da contratada, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

**7.3.** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

**7.4.** Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na avaliação de resultado;

**7.5.** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

**7.6.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

**7.7.** Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

**7.8.** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

**7.9.** Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração.

**7.10.** Coordenar a transição entre o contrato atual e o novo instrumento, garantindo que o início da prestação ocorra em 27/05/2026 para evitar a paralisia das atividades jurisdicionais;

**7.11.** Prover o ambiente lógico seguro e os controles de segurança da informação necessários para a instalação e custódia da chave privada dos certificados e-CNPJ A1 e SSL Wildcard;

**7.12.** Gerenciar o estoque institucional de tokens e indicar formalmente à contratada quando a emissão de certificados A3 deva ser acompanhada do fornecimento de novo dispositivo físico ou se deverá ocorrer o reaproveitamento de mídia existente;

**7.13.** Validar, por intermédio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), se os certificados emitidos atendem ao Leiaute CERT-JUS Versão 9.0 ou superior e se estão devidamente vinculados à cadeia da AC-JUS.

## **CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados e com atribuições específicas, nos termos art. 117 da Lei nº 14.133/21, observando as disposições contidas na Portaria TRT DG GP 344/23.

**8.2.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o objeto contratado, verificar a regularidade das obrigações contratuais, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

**8.3.** A Tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelos principais atores da Contratante e da Contratada envolvidos na gestão e execução da contratação.

Papel	Responsabilidade
Gestor do Contrato	Estabelecer contato, quando necessário, com a contratada para a troca de informações relacionadas à execução contratual, encaminhamento de demandas, notificação de irregularidades e de aplicação de penalidades.
Fiscal Demandante do Contrato	Acompanhamento da execução contratual sob o aspecto de sua efetividade, verificando se os objetivos da contratação têm sido alcançados.
Fiscal Técnico do Contrato	Acompanhamento da execução contratual sob o aspecto de sua eficiência, verificando se as exigências operacionais contidas no contrato e edital de licitação têm sido observadas.
Fiscal Administrativo do Contrato	Acompanhamento da execução contratual sob o aspecto de sua conformidade legal e administrativa, verificando se a contratada mantém as exigências legais e regulatórias que a habilitaram a celebrar o contrato.

**8.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente da Contratante, para adoção das medidas cabíveis.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**8.5.** É direito da Fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Contrato e no Termo de Referência, devendo a contratada reparar, corrigir ou substituir os serviços e peças rejeitados pela fiscalização, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/21.

**8.6.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, consoante disposto no art. 117, §3º, da Lei 14.133/21.

**8.7.** Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO, inerente ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

**8.8.** A FISCALIZAÇÃO exercida no interesse da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**8.9.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

**8.10.** A Tabela abaixo apresenta os mecanismos que serão utilizados como formas de comunicação e acompanhamento entre a Contratante e a Contratada.

Mecanismo	Objetivo	Acesso
E-mail	Enviar notificações e convocações administrativas à contratada, enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas	Endereço de correio eletrônico a ser fornecido pela contratada de dois responsáveis pelo contrato.
Telefone	Confirmar o recebimento da notificação via e-mail em casos que a CONTRATADA não responda em tempo hábil o recebimento.	Telefones dos responsáveis pelo CONTRATO e seus substitutos fornecidos pela CONTRATADA.
Chat	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico	Serviço de chat a ser eventualmente fornecida pela contratada
Página de serviços na internet	Abertura, registro e acompanhamento de chamados.	Página de serviços na internet a ser fornecida pela contratada

**8.10.1.** À contratada caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

no prazo de **10 dias** corridos, contado de seu envio pela Contratante.

**8.10.2.** Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pela contratada.

**8.12.** Poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços, observando o disposto na Portaria TRT SGP GP 118/2021.

## **CLÁUSULA NONA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

**9.1.** A unidade de medida para aferição da execução será a unidade, aplicada individualmente para cada tipo de certificado efetivamente emitido.

**9.2.** A medição será processada mensalmente, consolidando os itens entregues e aceitos no período, tendo como base as Ordens de Serviço ou de Fornecimento formalizadas pela contratante.

**9.3.** O prazo para recebimento definitivo será prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligência para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**9.3.1.** O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistência na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificada pela fiscalização durante a análise prévia à liquidação de despesas, não será computado para os fins de recebimento definitivo.

**9.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta, devendo ser substituídos ou reparados no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em edital;

**9.5.** A Administração do TRT poderá, quando do recebimento do objeto, efetuar quaisquer diligências que julgar necessárias para aferir as quantidades e qualidades desses, observadas as especificações mínimas constantes do Edital e seus anexos.

**9.6.** No recebimento e aceitação do objeto, serão consideradas, no que couber, as disposições contidas no artigo 140 da Lei n. 14.133/21.

**9.7.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

da licitante.

**9.8.** A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais danos e prejuízos que venha a causar, direta ou indiretamente, bem como a terceiros em decorrência do fornecimento do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**10.1.** Os faturamentos e cobranças pelos certificados emitidos obedecerão ao regime de totalização mensal, com encerramento do período de faturamento no último dia de cada mês.

**10.2.** Deverão ser considerados, para efeitos de faturamentos e cobranças, todos os certificados digitais efetivamente emitidos no período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês de referência.

**10.3.** A eventual ausência ou atraso na manifestação do CONTRATANTE ao relatório de faturamento dos certificados emitidos não caracteriza aceitação tácita de seu conteúdo, que poderá ser questionado até o encerramento do ciclo de faturamento posterior, com reflexos financeiros neste último.

**10.4.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser enviada em até **5 dias úteis** a contar da manifestação da CONTRATANTE ao Relatório Mensal.

**10.4.1.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que se providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**10.4.2.** No corpo da fatura de serviço deverão ser discriminados os serviços, o período, eventuais descontos e os dados bancários para o recebimento do montante.

**10.4.3.** A CONTRATADA não poderá apresentar Nota Fiscal/Fatura com número do CNPJ diverso do registrado neste contrato.

**10.5.** O pagamento da Nota Fiscal/Fatura emitida deverá ocorrer em até **5 dias úteis** após o ateste do GESTOR DO CONTRATO.

**10.6.** A cada faturamento a Administração deverá realizar consulta ao SICAF e CADIN para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrência impeditiva indireta.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**10.6.1.** Constatando-se, junto ao SICAF e CADIN, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**10.6.2.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.6.3.** Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação.

**10.7.** Será observado o disposto nos itens 11.13 e 11.14 nos casos da retenção do valor da multa presumida e do desconto da multa aplicada.

**10.8.** Quando do pagamento da nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

**10.8.1.** Independentemente do percentual de tributo destacado no documento fiscal, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**10.8.2.** Caso a CONTRATADA seja empresa optante pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, para não sofrer a retenção na fonte dos valores acima citados, deverá apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, a declaração de opção pelo SIMPLES, conforme disposição legal.

**10.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad = \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, observado o disposto na Portaria TRT23 DG GP n. 421/23, a **CONTRATADA** que:

**11.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**11.1.1.1.** pena: **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**11.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**11.1.2.1.** pena: **impedimento de licitar e contratar** com a União pelo período de **12 (doze) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**11.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**11.3.1.** pena: **impedimento de licitar e contratar** com a União pelo período de **18 (dezoito) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**11.1.4.** ensejar o retardamento da execução dos serviços sem motivo justificado;

**11.1.4.1.** pena: **impedimento de licitar e contratar** com a União pelo período de **18 (dezoito) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**11.1.5.** prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**11.1.5.1.** pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**11.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.1.6.1.** pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.

**11.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.1.7.1.** pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.

**11.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.1.8.1.** pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos**.

**11.2.** Além das penalidades previstas acima, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/21, no que couber, bem como às seguintes sanções:

**11.2.1. Advertência**, exclusivamente, quando a Contratada der causa a inexecução parcial do contrato, desde que não cause grave dano à administração pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo e em casos de falhas leves que não prejudiquem diretamente a operação do ambiente;

**11.2.2. Multa:** Aplicável em casos de atrasos, entregas em desconformidade técnica ou descumprimento de Níveis de Serviço (SLA).

**11.13.** Dosimetria das Multas:

Para assegurar a objetividade na aplicação de penalidades, as multas serão calculadas conforme as infrações típicas descritas na tabela abaixo:

Conduta Infracional	Penalidade Sugerida	Base de Cálculo
Atraso injustificado na entrega de tokens (ANS03).	Multa de 0,5% por dia de atraso.	Sobre o valor da Ordem de Fornecimento.
Descumprimento do prazo de	Multa de 1% por dia	Sobre o valor do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

emissão de certificados (ANS02).	de atraso.	serviço solicitado.
Emissão em desconformidade com o Leiaute CERT-JUS.	Multa de 2% por item irregular.	Sobre o valor total da Nota Fiscal do mês.
Indisponibilidade dos serviços de validação/videoconferência (ANS01).	Multa de 0,1% por hora de indisponibilidade.	Sobre o valor global mensal do contrato.
Inexecução total ou parcial do objeto contratado.	Multa de 20%.	Sobre a parcela inadimplida.

**11.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**11.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**11.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.5.** A CONTRATADA será notificada da intenção da CONTRATANTE aplicar-lhe penalidade

para apresentação de defesa prévia no prazo de **15 dias úteis**, a contar do recebimento da notificação, quando o descumprimento contratual puder ensejar a aplicação das sanções previstas nos itens 11.1 e 11.2.

**11.5.1.** Não serão conhecidos a defesa prévia apresentada e o recurso interposto fora do prazo.

**11.6.** Após o recebimento da defesa prévia ou transcorrido o prazo sem manifestação, a decisão fundamentada será proferida sobre a aplicação total, parcial ou não incidência da penalidade.

**11.6.1.** A análise das razões da defesa prévia será feita pela Secretaria Jurídica - SECJUR, a qual deverá emitir parecer fundamentado sobre os aspectos jurídicos suscitados pela CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**11.7.** Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de **15 dias úteis**, a contar do recebimento da notificação.

**11.7.1.** O recurso será encaminhado à Secretaria Jurídica, que analisará e emitirá parecer jurídico.

**11.7.2.** O Diretor-Geral, após emissão de parecer pela Secretaria Jurídica, poderá, em **5 dias úteis**, reconsiderar a decisão que aplicou a penalidade ou mantê-la, de forma fundamentada, providenciando, no último caso, a remessa do recurso à Presidência do Tribunal, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**11.8.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 dias úteis**, contado do seu recebimento.

**11.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.10.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a CONTRATADA para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.10.1.** A comissão será composta, preferencialmente, de integrantes da equipe de gestão e fiscalização do contrato.

**11.11.** A contagem do prazo para apresentação da defesa prévia, recurso e pedido de reconsideração fluirá a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

**11.11.1.** O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo, feriado ou quando não houver expediente neste Órgão.

**11.11.2.** À CONTRATADA caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica, no prazo de **10 dias** corridos, contado de seu envio pelo CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

**11.11.3.** Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pela CONTRATADA.

**11.11.4.** É de responsabilidade da CONTRATADA manter seu endereço eletrônico atualizado junto ao(à) gestor(a) do contrato, não podendo alegar desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**11.12.** As penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.12.1.** A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

**11.12.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, caso a CONTRATADA não recolha a diferença via GRU, esta será cobrada judicialmente.

**11.13.** A CONTRATANTE poderá, preventivamente, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, após manifestação do gestor.

**11.14.** Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:

I – descontado dos pagamentos devidos pela Administração;

II – recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

**11.14.1.** Após o registro da penalidade e inexistindo pagamentos devidos pela Administração ou na hipótese do crédito existente ser insuficiente, a CONTRATADA será notificada pelo gestor do contrato para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU, no prazo de vencimento da respectiva guia.

**11.14.2.** Cabe ao fiscal do contrato, quando solicitado pela DG, promover a atualização do valor total.

**11.14.3.** Não ocorrendo a quitação dos valores devidos após os procedimentos descritos, serão oficiadas a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou a Advocacia-Geral da União – AGU para que adotem as medidas pertinentes.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

**11.15.** As sanções que vierem a ser aplicada serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

**11.16.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.17.** Após a aplicação da penalidade, caso o descumprimento da obrigação persista, a CONTRATANTE poderá proceder a rescisão contratual.

**11.18.** No caso da penalidade prevista se mostrar desproporcional a gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, de forma excepcional e justificadamente, reduzi-la, observando os demais critérios previstos.

**11.19.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133/21.

**11.20.** A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo **15 dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), conforme art. 161, da Lei nº 14.133/21.

**11.21.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 29 da Portaria TRT DG GP n. 421/2023.

**11.22.** Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**11.23.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.23.1.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, no mesmo Proad, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, conforme art. 159 da Lei 14.133/21.

**11.23.2.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.24.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**11.25.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA observando-se o procedimento previsto na Portaria TRT DG GP n. 421/2023, na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE DE PREÇOS**

**12.1.** Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado utilizado para a contratação, em **20/03/2026** ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, mediante expresso pedido da Contratada, serão reajustados, utilizando-se a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

*Pr* = preço reajustado;

*P* = preço atual (antes do reajuste);

*V* = variação percentual obtida na forma do item 12.1, de modo que (*P x V*) significa o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

*acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.*

**12.1.1.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**12.1.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.1.3.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.2.** O reajuste é devido exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade e não será aplicado sobre a etapa/parcelas do objeto cujo atraso decorra de culpa da Contratada.

**12.3.** Realizada a prorrogação da vigência do contrato, ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajustamento.

**12.4.** A Contratada poderá renunciar ao reajustamento de preço.

**12.5.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRORROGAÇÃO**

**13.1.** O contrato poderá ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**13.1.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**13.1.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**13.1.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**13.1.4.** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**13.1.5.** Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

**13.1.6.** Não haja registro do Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

---

público federal (CADIN).

**13.2.** A comprovação da vantajosidade econômica deve ser precedida de análise de mercado de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova licitação.

**13.3.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**13.4.** A prorrogação do contrato deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**13.5.** O contrato não poderá ser prorrogado caso a CONTRATADA tenha sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, bem como o registro de débito no CADIN, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

**14.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, quando couber.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, quando couber.

**14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 mês, nos termos do art. 132 da Lei n 14.133/21.

**14.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXTINÇÃO**

**15.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**15.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)**  
**COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**15.2.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 meses de antecedência desse dia.

**15.2.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 meses da data da comunicação.

**15.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**15.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**15.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**15.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.4.3.** Indenizações e multas.

**15.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**15.6.** A CONTRATANTE poderá:

**15.6.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme art. 139, III, "c", da Lei n. 14.133/21; e

**15.6.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133/21, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

**15.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
**UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026**

---

terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/21.

**15.8.** O Contrato poderá ser extinto pelo não atingimento de níveis mínimos no Fator de Qualidade, conforme descrito na Cláusula Décima.

**15.9.** Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1.** As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quando do tratamento de dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à boa-fé, finalidade específica, e demais princípios estabelecidos no art. 6º da LGPD.

**16.2.** Cada parte será considerada controladora independente em relação aos dados pessoais de seus próprios colaboradores, nos termos da LGPD. A CONTRATADA é controladora dos dados pessoais dos trabalhadores alocados para a execução do contrato, e a CONTRATANTE, controladora dos dados pessoais de seus próprios agentes e dos dados eventualmente coletados no exercício de suas atribuições legais. Não se configura relação de operador entre as partes.

**16.3.** Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades específicas que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas por lei ou mediante consentimento do titular, quando exigido.

**16.4.** A CONTRATADA indicará formalmente um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, informando seus dados de contato à CONTRATANTE, podendo ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato ou terceiro contratado, desde que possua qualificação compatível, admitindo-se, nos casos previstos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a dispensa da designação formal do Encarregado, mediante justificativa.

**16.5.** A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA para viabilizar o acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, bem como para cumprir com o dever legal de fiscalização da execução do contrato.

**16.6.** A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, seus colaboradores e prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza que venha a tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato.

**16.7.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

e condições acordadas nesta cláusula, incluindo a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE.

**16.8.** A CONTRATADA, na qualidade de controladora dos dados pessoais de seus empregados, obriga-se a orientá-los e treiná-los quanto aos deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a exigir de eventuais subcontratados o cumprimento das obrigações legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais no âmbito da execução deste contrato.

**16.9.** Caso a suboperação com tratamento de dados pessoais esteja prevista neste contrato, em termo aditivo ou tenha sido expressamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a celebração de qualquer contrato de suboperação, encaminhando cópia do respectivo instrumento.

**16.9.1.** A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LGPD, independentemente da subcontratação autorizada, garantindo que o suboperador cumpra todas as disposições contratuais e legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

**16.10.** A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual por inobservância à LGPD.

**16.11.** O descumprimento das obrigações relativas à proteção de dados pessoais previstas neste contrato e na legislação aplicável sujeitará a CONTRATADA, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

a) **Advertência**, quando do descumprimento de obrigações de menor gravidade, com determinação de prazo para adoção de medidas corretivas;

b) **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos da Lei n.14.133/2021 e da Portaria TRT DG GP n. 421/2023;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto na Lei n. 14.133/2021 e na Portaria TRT DG GP n. 421/2023;

**16.11.1.** A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública ou a terceiros, devendo-se considerar na aplicação das penalidades a natureza e gravidade da infração, os danos causados e as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observando-se o princípio da proporcionalidade, podendo as infrações à LGPD ser comunicadas pelo CONTRATANTE à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**16.12.** Quaisquer incidentes de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito deverão ser comunicados à CONTRATANTE no prazo de 2 (dois) dias úteis da ciência do fato, sem prejuízo das providências previstas no art. 48 da LGPD.

**16.13.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos sob custódia da CONTRATADA, notadamente aqueles que armazenam dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente protegido e controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, incluindo cada acesso, data, horário e finalidade para efeito de responsabilização em caso de omissões, desvios ou abusos.

**16.14.** Os bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, garantindo a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**16.15.** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, bem como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.16.** Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados ou devolvidos à CONTRATANTE, incluindo qualquer cópia, seja em formato físico ou digital, salvo as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.

**16.17.** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto ao eventual descarte realizado.

**16.18.** A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação.

**16.19.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais quando indicado pela autoridade competente, especialmente pela ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações.

**16.20.** As disposições desta cláusula prevalecerão em caso de conflito com outras cláusulas contratuais em matéria de proteção de dados.

**16.21.** Nos contratos em que a CONTRATADA preste serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com tratamento de dados pessoais por conta e ordem da Administração Pública, a CONTRATANTE será considerada controladora e a CONTRATADA será considerada operadora, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

**16.21.1.** Nessa condição, a CONTRATADA obriga-se a realizar o tratamento de dados pessoais unicamente conforme as instruções documentadas da CONTRATANTE, devendo adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.22.** A CONTRATADA compromete-se a:

I – abster-se de utilizar os dados pessoais tratados para fins próprios ou diversos do objeto contratual;

II – garantir que seus colaboradores e subcontratados estejam capacitados quanto aos deveres decorrentes da LGPD e sujeitos a compromissos de confidencialidade;

III – comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais;

IV – permitir auditorias, inspeções ou diligências promovidas pela CONTRATANTE ou por autoridade competente, para aferição do cumprimento das obrigações decorrentes da LGPD.

**16.23.** A subcontratação de terceiros para o tratamento de dados pessoais dependerá de autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelas obrigações legais e contratuais.

**16.24.** Ao término do contrato, ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá devolver, eliminar ou anonimizar os dados pessoais tratados, conforme determinação expressa da CONTRATANTE e nos termos do art. 16 da LGPD, mediante emissão de termo que comprove a adoção da providência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21, bem como no portal do TRT-MT ([www.trt23.jus.br](http://www.trt23.jus.br)), em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/11, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724/12.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS E FORO**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n 14.133/21, normas federais aplicáveis, atos normativos editados pelo TRT da 23ª Região (disponíveis em: <https://portal.trt23.jus.br/portal/contratacoes/normativos>) e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**17.2.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Cuiabá-MT como competente para dirimir



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)  
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2026**  
UASG: 80025 / N. COMPRASNET 90006/2026

---

quaisquer questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT,    de    de 2026.

**CONTRATANTE:** TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

MARLON CARVALHO DE SOUSA ROCHA

Diretor-Geral

**CONTRATADA:** EMPRESA

REPRESENTANTE LEGAL

CARGO